

## **PAUTA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**08 DE DEZEMBRO DE 2022 – QUINTA-FEIRA – 17º SESSÃO  
ORDINÁRIA DO SEGUNDO SEMESTRE LEGISLATIVO DO ANO DE  
2022**

### **PAUTA DO DIA**

#### **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO**

- **PROJETO DE LEI Nº 29/2022:** autoriza o Poder Executivo a ratificar sua participação no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Oeste Potiguar – CIMOP, bem como a adequar sua execução orçamentária ao novo regime jurídico adotado para Consórcios Públicos, na forma e condições previstas pela Lei Federal nº 11.107/2005 e dá outras providências.

**Autoria:** Poder Executivo

### **EXPEDIENTE DO DIA**

- **REQUERIMENTO Nº 11/2022:** Requer ao Poder Executivo municipal a providência de que seja repassado à Casa o percentual de 1,2% do seu orçamento para que se destine a Emendas Parlamentares.

**Autoria:** Vereador Aurivones Alves

- **REQUERIMENTO Nº 10/2022:** Requer que seja enviado ofício a governadoria do Estado do Rio Grande do Norte para que se destine pelo menos 1 (um) ônibus escolar ao Município de Marcelino Vieira-RN.

**Autoria:** Vereador Ednaldo Vieira



## Projeto de Lei n. 29/2022

*Autoriza o Poder Executivo a ratificar sua participação no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar - CIMOP, bem como a adequar sua execução orçamentária ao novo regime jurídico adotado para Consórcios Públicos, na forma e condições previstas pela Lei Federal nº 11.107/2005 e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte.

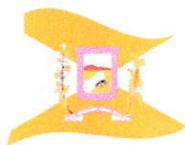
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º - Fica autorizado o Município de Marcelino Vieira-RN a ratificar sua participação no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar – CIMOP, constituído pelos Municípios de ÁGUA NOVA, ALEXANDRIA, ALMINO AFONSO, ANTONIO MARTINS, APODI, CARAÚBAS, CAMPO GRANDE, CORONEL JOÃO PESSOA, DOUTOR SEVERIANO, ENCANTO, FELIPE GUERRA, FRANCISCO DANTAS, FRUTUOSO GOMES, GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, ITAU, JANDUIS, JOÃO DIAS, JOSÉ DA PENHA, LUCRÉCIA, LUIS GOMES, MAJOR SALES, MARCELINO VIEIRA, MARTINS, MESSIAS TARGINO, OLHO D'ÁGUA DOS BORGES, PARANÁ, PATU, PAU DOS FERROS, PILÕES, PORTALEGRE, RAFAEL FERNANDES, RAFAEL GODEIRO, RIACHO DA CRUZ, RIACHO DE SANTANA, RODOLFO FERNANDES, SÃO FRANCISCO DO OESTE, SÃO MIGUEL, SERRINHA DOS PINTOS, SEVERIANO MELO, TABOLEIRO GRANDE, TENENTE ANANIAS, UMARIZAL, VENHA VER, VIÇOSA, mediante expressa anuência em ata da assembleia geral, visando propiciar o desenvolvimento sustentável, econômico e social da região.**

**Parágrafo Único – Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a adequar sua execução orçamentária ao novo regime jurídico para Consórcios Públicos adotado pela Lei Federal nº 11.107/2005, de forma a manter as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes do referido Consórcio.**

**Art. 2º - O CIMOP é constituído sob a forma de Consórcio Público, com personalidade jurídica de Associação de direito público, Estatuto próprio, e atendimento aos requisitos da legislação.**

**Parágrafo Único – O Consórcio Público obedecerá aos princípios, diretrizes e normas que regulam sua legislação especial, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada, contratos de programa e**



rateio, conforme estipulado pela Lei federal nº 11.107/2005 e Constituição Federal, artigos 180 e 241.

Art. 3º - O Município de Marcelino Vieira poderá firmar contrato de gestão associada com o CIMOP, visando à execução direta ou indireta, suplementar ou complementar dos serviços públicos relacionados com o desenvolvimento dos seus múltiplos objetivos, dispensada a licitação.

Parágrafo Único – Constituem ainda serviços públicos, passíveis de gestão associada, concessão, permissão, parceria e termos similares, a serem executados pelo Consórcio em favor do Município, as ações concernentes à manutenção, operacionalização e ampliação dos serviços prestados pelo Consórcio e relacionados com suas finalidades, a administração de programas governamentais, projetos afins e a criação de novos serviços de interesse do Município consorciado.

Art. 4º - O Consórcio poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos ao Município, pela prestação de serviços referidos no artigo anterior, mediante contrato de rateio que será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

Parágrafo único - Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Rateio.

Art. 5º - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias ao Município para que sejam consolidadas em suas contas, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizados nas contas de cada ente consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 6º - Os recursos necessários para atender às obrigações assumidas com o CIMOP advirão de dotação orçamentária específica aberta no Orçamento Geral do Município em favor do referido Consórcio Público, conforme as normas de elaboração de orçamento público e de créditos orçamentários.

Parágrafo único - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – abrir crédito especial, no valor mínimo de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais) no orçamento atual, para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei;



II - suplementar, se necessário, o valor referido de que trata o inciso I, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros e em dotações próprias para esta finalidade, caso já não o tenha feito.

Art. 8º - A retirada do ente Consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CIMOP.

Art. 9º - A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 10 - Aplica-se à relação jurídica entre o Município e o Consórcio Público o disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e no Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 11 - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelino Vieira-RN, em 29/11/2022.

  
**Kerles Jácome Sarmiento**  
PREFEITO



## **JUSTIFICATIVA e PEDIDO DE URGÊNCIA**

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar para deliberação desta Egrégia Corte de Leis, Projeto de Lei que ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar – CIMOP.

A base legal dos consórcios públicos iniciou com a Emenda Constitucional 19/98 que deu nova redação ao artigo 241 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Já a regulamentação deste instituto se deu pela Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e pelo Decreto Federal 6.017/2007.

Tais dispositivos legais autorizaram que dois ou mais entes federados podem criar um consórcio público para prestar um serviço público de interesse comum. Assim, o consórcio nasce, quando dois ou mais entes, detentores de recursos escassos, se unem com o objetivo de atender a algum interesse que lhes seja comum. Quando fazem isso diz-se que estão em gestão associada.

O atual protocolo advém da ampliação dos objetivos do CONSOP para torná-lo um Consórcio multifinalitário, CIMOP, e assim atingir os objetivos comuns para o desenvolvimento de diversas políticas públicas, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis, bem como desenvolver objetivos relacionados com a gestão ambiental dos Municípios da região para que os mesmos tenham condições, através do Consórcio, de emitir licenças ambientais e assim atrair mais investidores.


O consórcio público constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.



Além de garantir maior segurança jurídica às relações dos entes envolvidos, através do CIMOP, é possível realizar um planejamento regional para investimentos integrados; promover economia em escala (compra compartilhada e diminuição de custos na aquisição de bens e serviços); promover ações de gestão dos serviços públicos municipais que impulsionem o desenvolvimento sustentável; planejar, assessorar ou executar ações de interesse dos Municípios consorciados; prestar suporte e executar ações de integração das atividades de interesse comum dos municípios, podendo representá-las perante as administrações da União e dos Estados; instituir conselhos regionalizados e propor políticas regionalizadas de incentivos à economia local e a preservação do meio ambiente; prestar assistência técnica, execução de obras e fornecimento de bens visando a melhoria das ações dos municípios consorciados; impulsionar a divulgação das atrações turísticas locais em âmbito nacional e internacional e realizar a fiscalização e a emissão de licenças ambientais em prol dos Municípios consorciados.

Por todos esses motivos mostra-se imprescindível a participação dos municípios no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar – CIMOP, a fim de garantir o desenvolvimento estruturante dos municípios consorciados capaz de satisfazer a necessidade da população envolvida, através de gestão pública eficiente e transparente.

Assim, pela exposição dos motivos estampados acima, encaminhamos este Projeto de Lei para apreciação e renovamos protestos de grande estima e consideração, solicitando que na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o **REGIME DE URGÊNCIA** previsto nos Arts. 153 e 154 do Regimento Interno da Casa, por se tratar de matéria relevante e urgente.

  
Kerles Jácome Sarmiento  
PREFEITO

**REQUERIMENTO Nº 10/2022.**

**A Exma<sup>o</sup>. Sra. Governadora do Rio Diretora do Rio Grande do Norte S.A.**

O vereador José Ednaldo Vieira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem *mui* respeitosamente **REQUERER**, depois de ser aprovado o presente requerimento pelo Plenário desta Casa Legislativa, que seja enviado ofício a governadoria do Estado para que destine pelo menos um ônibus escolar ao Município de Marcelino Vieira, uma vez que o estado no ano de 2022 investiu R\$ 59 milhões de reais no Programa Estadual do Transporte Escolar (PETERN) comprando centenas de ônibus e destinando a centenas de município do Rio Grande do Norte, deixando de fora o município vieirense.

***Sala de Sessões – Palácio Manoel Vicente de Oliveira, em 22 de março de 2022.***



---

**JOSE EDNALDO VIERA**  
**(Vereador Presidente da CMMV).**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN**  
**PALÁCIO MANDEL VICENTE DE OLIVEIRA**  
**CNPJ: 08.392.995/0001-95**  
**Travessa Neo Pontes, s/n, Centro, Marcelino Vieira-RN**  
**poderlegislativomv@gmail.com**

---

**REQUERIMENTO Nº 11/2022**

**AURIVONES ALVES DO NASCIMENTO**, vereador, no exercício de suas funções e prerrogativas, vem por meio deste, **REQUERER** do Presidente desta Casa o Sr. José Ednaldo Vieira, conforme as linhas abaixo:

1 – Inicialmente, requer que submeta o presente Requerimento a apreciação do Plenário, e após ouvido o pleno, que seja o requerimento encaminhado ao Poder Executivo para que tome as devidas providências, conforme se segue abaixo:

- a) Como é do conhecimento desta Casa, no Regimento Interno em seu **artigo 92, “A”, e incisos seguintes**, determina que o município deve repassar a esta Casa o percentual de 1,2% do seu orçamento para as **EMENDAS PARLAMENTARES** e até a presente data o município não tem feito o devido repasse, não cumprindo assim com sua obrigação, e diante disto requer ao Plenário a aprovação do presente requerimento e ao Presidente desta Casa que tome as devidas providências cabíveis, é o que se requer.

Nestes termos pede e espera o deferimento.

Marcelino Vieira-RN, 30 de novembro de 2022.

  
**Aurivones Alves do Nascimento**  
**Vereador**